

EDUCAÇÃO PARA
A DEMOCRACIA
E O DESENVOLVIMENTO

Aos presidentiáveis e à sociedade brasileira - 2018

EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA E O DESENVOLVIMENTO

As universidades federais são patrimônio da sociedade brasileira

Criada em 23 de maio de 1989 e, hoje, composta por 63 universidades federais e dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes representa as universidades federais na interlocução com o governo federal, com o parlamento e a sociedade civil. Nossos 328 *campi* estão presentes em todos os estados da Federação e no Distrito Federal. Em muitas macrorregiões, correspondem à única opção de ensino superior e cumprem, em todas, um relevante papel de indução do desenvolvimento econômico, social e cultural.

Além do ensino de graduação, mestrado e doutorado, para um contingente de cerca de um milhão e duzentos mil alunos, as universidades federais são, também, responsáveis por uma rede de equipamentos públicos e serviços que atendem à população nas mais diversas áreas, incluindo 46 hospitais universitários de alta complexidade (em muitos casos, únicas alternativas em suas áreas de atuação no Sistema Único de Saúde); clínicas e laboratórios; museus; teatros; cinemas; escolas de música, teatro e dança; agências de inovação; incubadoras de empresas de base tecnológica e parques de ciência e tecnologia; complexos esportivos; clínicas de direitos humanos; escritórios de assistência jurídica à população carente; serviços de atenção à saúde mental e escritórios-modelo. Educação, ciência, arte, cultura, esporte e cidadania são resultados diretos do trabalho das Universidades Federais.

Ao longo dos últimos dez anos, o Sistema Público de Universidades Federais expandiu-se em todas as direções. O número de alunos dobrou. Novas universidades, novos *campi* e novos cursos foram criados. Novos modelos pedagógicos foram implantados, assim como instituições vocacionadas para integração do Brasil com a América Latina, Caribe e África, tudo em sintonia com o processo de desenvolvimento do País. A atividade de pesquisa contribuiu para, em uma década, levar o Brasil da 23ª para a 13ª posição entre as nações que mais produzem ciência. O sistema também evoluiu qualitativamente. A proporção de docentes com mestrado e doutorado cresceu de 49%, em 1995, para 91%, em 2015. A proporção do número de alunos de pós-graduação passou de 6%, em 2005, para 11%, em 2015, não obstante a duplicação das vagas na graduação no mesmo período. O número de programas de pós-graduação recomendados pela Capes passou de 714, em 1998, para 2.147, em 2015. O Índice Geral de Cursos das Universidades Federais passou de 3,70, em 2007, para 3,94, em 2015. O conceito médio dos Programas de Pós-Graduação passou de 4,00, em 2000, para 4,34, em 2016.

Inseridas em um ambiente social ainda marcado pela desigualdade e pela exclusão, as universidades federais públicas e gratuitas acolhem alunos de todas as origens sociais, raças e etnias, e oferecem-lhes oportunidades.

Em poucos países há um sistema de formação de recursos humanos, produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços à sociedade e promoção da cidadania comparável ao Sistema Público de Universidades Federais. Este é um bem construído pela inteligência, perseverança e visão de futuro de

diferentes gerações de abnegados brasileiros, sempre com recursos gerados pela totalidade da população, a quem, por direito, pertence este patrimônio nacional.

Mas, no momento, esse enorme patrimônio reclama atenção. O aporte, pelo MEC e por agências de fomento, de recursos para custeio, investimento e para a pesquisa científica e tecnológica nas universidades públicas federais apresentou cortes acentuados. A medida ameaça comprometer todo o sistema construído nos últimos anos. Como resultado, laboratórios das universidades estão cancelando projetos, equipamentos e infraestrutura demandam manutenção, equipes de pesquisa estão sendo desfeitas e alguns pesquisadores começam a deixar o país em busca de oportunidades no exterior.

Essa realidade também alcança os institutos federais de educação tecnológica, os institutos de pesquisa voltados para a saúde (FIOCRUZ) e para a ciência e tecnologia (CBPF, LNCC, INT, INPA, Emílio Goeldi, entre outros). Esse cenário preocupa todo o país, pois as universidades e os institutos de pesquisa são responsáveis por 90% da pesquisa produzida no Brasil.

A preocupante conjuntura sociopolítica e econômica que o País e o mundo atravessam exige o engajamento das instituições republicanas na busca de soluções

Para as universidades federais e para a Andifes, as propostas eleitorais e programas de governo demandam legitimidade política, fruto do escrutínio da sociedade, bem como só há autoridade dos governantes se deriva do poder popular emanado da livre manifestação dos eleitores. Da mesma forma, controle por parte do Estado não tem existência autônoma, ao contrário, se subordina às normas programáticas e aos direitos fundamentais e sociais inscritos na Constituição Federal, bem como as especificidades que as normas legais conferem a cada instituição. Portanto, acreditamos que o Estado democrático de direito, a clara e imperiosa separação dos poderes, a atuação das instituições e as eleições livres devem ser referências para todos.

O próximo governo terá um grande desafio: com exemplos e políticas públicas, superar as posições intolerantes e preconceituosas que contaminam o debate civilizado. Por todas essas razões, as universidades federais, como instituições que servem à sociedade, e por sua natureza constituídas por pluralidade de opiniões, buscando sempre nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão a formação cidadã da juventude brasileira, se veem compelidas a colaborar com o debate eleitoral, bem como com os futuros governos e governantes.

É inegável o papel fundamental que as universidades exercem para o desenvolvimento do País, para sua economia e para a sociedade brasileira. O futuro governo, independentemente do projeto que defenda, não pode se furtar a reconhecer que um jovem que entra na universidade federal como graduando, ao concluir sua formação, se insere na sociedade como um profissional altamente qualificado, ou seja, sua

formação é um investimento para o País. Assim como formação de profissionais, inúmeros desafios técnicos, científicos ou sociais encontram soluções nas pesquisas e na extensão realizadas nas nossas instituições. A educação superior pública e gratuita é um sistema eficiente de inclusão, de formação de recursos humanos altamente qualificados e de produção científica e tecnológica indispensável para o desenvolvimento econômico e social do País.

A história nos ensina que pensar o futuro é avançar as conquistas do passado

O período eleitoral é o momento oportuno para estabelecermos uma agenda eficaz de objetivos para o País, pois é quando a sociedade debate seus valores e seu futuro político e econômico. E aqui reafirmamos que o Brasil já possui referências estabelecidas para garantir seu crescimento e a volta dos valores democráticos que devem ser o norte para o nosso desenvolvimento. O respeito à Constituição Federal se faz fundamental para voltarmos aos trilhos que nos levarão ao projeto de País que os brasileiros almejam. Nada é mais contemporâneo e também portador de futuro como os princípios e direitos fundamentais, normas e programas já escritos na Constituição Federal. Resta aos candidatos assumirem o compromisso de cumpri-los.

A começar dos princípios fundamentais da República Federativa, fundamentada na soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana e no pluralismo político. Também assevera que todo poder emana do povo. Os objetivos fundamentais dessa República são a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades, repudiando qualquer preconceito e formas de discriminação.

Os candidatos à presidência, também conhecem os direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância. A administração pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, promovidos pelos poderes públicos e pela sociedade, objetivando a universalidade da cobertura, seletividade, distributividade e irredutibilidade do valor dos benefícios, entre outros, são preceitos já estabelecidos. O Sistema Único de Saúde é uma conquista a ser preservada.

A educação é direito de todos. O ensino terá como princípios a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e gratuidade em estabelecimentos oficiais. Sabem os governantes da obrigação com a valorização dos profissionais dessa área, garantindo planos de carreira e piso salarial, gestão democrática no ensino público, buscando sempre a qualidade. A Constituição Federal determina que:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A responsabilidade do Estado com a promoção e incentivo para o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, bem como a garantia de todos ao pleno exercício dos direitos culturais são inerentes as tarefas de qualquer governo.

Partindo dessas referências, as políticas públicas do próximo governo devem responder com efetividade aos desafios estruturais do nosso País:

- Assegurar o cumprimento dos direitos constitucionais;
- Superar as desigualdades sociais e eliminar a pobreza;
- Gerar empregos e distribuir renda;
- Preservar a soberania e as riquezas nacionais;
- Protagonismo na inserção internacional;

Propomos a realização de reuniões semestrais das universidades com a Presidência da República para discutir os grandes desafios da nação e, também, reuniões periódicas com o conjunto do Governo Federal, objetivando avaliar as políticas para o setor, estreitar as formas de colaboração das universidades com os problemas sociais, tecnológicos e com os planos e programas que projetam o futuro do País, por meio da interação das universidades com as políticas mais gerais dos ministérios.

As universidades federais são o grande instrumento para o desenvolvimento do Brasil

Propomos, como dimensões prioritárias, uma Agenda de organização e consolidação dos Planos de Desenvolvimento Institucional de cada universidade federal que, uma vez aprovados pelos futuros governos, lhes fornecerão os instrumentos e condições para colaborarem, de modo decisivo com o desenvolvimento:

1. Nacional;
2. Regional;
3. A Inovação tecnológica;
4. A Internacionalização;
5. A Inclusão com excelência.

Os projetos de investimento nas universidades, com foco em redes físicas ou em recursos humanos, devem estar relacionados a essas prioridades e, ainda, necessariamente contemplar as seguintes dimensões transversais:

6. A Formação de Professores;
7. A Educação à Distância.

A qualidade e a universalização da educação básica necessárias para superar qualquer desafio dependem da qualidade dos professores formados nos cursos de licenciatura. É imperativo implementar novas ações de formação inicial e continuada numa escala efetiva capaz de suprir os quadros de professores e elevar a sua qualificação.

Isso inclui, dentre outras medidas, a revisão dos currículos, de modo a tornar os cursos mais aplicados, atraentes e motivadores. Mas sabemos que a real maneira de motivar jovens vocacionados para essa nobre atividade é a implementação de carreiras e remuneração atrativas por parte das redes públicas de educação. Não há mistérios, precisa apenas de prioridade política por parte dos governantes eleitos.

Igualmente relevante é o incremento da educação à distância, que vem se consolidando em todo o mundo como estratégia para a multiplicação das vagas e ampliação do alcance dos cursos, em melhor sintonia com as necessidades dos estudantes, sobretudo em um país continental como o Brasil. Também se considera importante, na escala de prioridades dos projetos inseridos na Agenda de Desenvolvimento das Universidades, a aderência dessas ao Plano Nacional de Educação, ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade e ao Plano Nacional de Pós-graduação, assim como a ampliação e qualificação da pós-graduação e a articulação da pesquisa com o setor produtivo.

A mundialização do capital permite evidenciar que está em curso importante fragmentação geográfica de cadeias de valor. Muitas empresas terceirizam a produção e se concentram em P&D. Enquanto China, Japão, Coréia do Sul e outros países asiáticos avançam na participação da P&D global, a América Latina tem participação muito reduzida, inclusive na baixa proporção de pesquisadores em atividade, por habitantes, e nos gastos de P&D em relação ao PIB. Assim, o País se afasta dos ecossistemas de inovação internacionalizados. Ao contrário de análises apressadas, realizadas nos anos 1990 e mesmo nos primeiros anos do presente século, é a indústria que está no epicentro das mudanças. Fronteiras como inteligência artificial, internet das coisas, nanotecnologias, biotecnologias, fármacos, materiais avançados, energia, engenharia aeroespacial, armazenamento de energia e interconectividade da produção, associados ao fortalecimento e modernização tecnológica de setores metalomecânico, química, alimentos, construção civil, entre outros, assumem novas feições que requerem um robusto sistema universitário e de pesquisa, assim como políticas capazes de fomentar a complexificação das cadeias produtivas, abrangendo as áreas mais sensíveis para o futuro.

Como em muitas outras áreas de atuação das instituições governamentais brasileiras, faltam à área de educação, em particular à Educação Superior no País, políticas de Estado que estejam à altura dos desafios nacionais e que tenham estabilidade e continuidade ao longo de sucessivos mandatos executivos e legislativos. Não é falta de planejamento, ou mesmo de consensos nacionais (a exemplo do Plano Nacional de Educação), mas a descontinuidade das políticas públicas, que compromete a execução de programas estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Acada mudança governamental no Brasil, desconsideram-se investimentos pactuados, mudam-se os nomes e características fundamentais de programas estruturantes, criam-se regras que inviabilizam trajetórias de sucesso das instituições. Isso é o que vem sendo experimentado pelo Sistema Público de Universidades Federais, que, após grande esforço de expansão e qualificação, é forçado a conviver com orçamentos a cada ano menores e com decisões que conflitam com a sua autonomia. A interrupção do apoio a projetos ainda não consolidados, a exemplo do que se vê em diversos

campi ainda em construção por todo o Brasil, apenas reforça o quadro descrito, além de frustrar toda uma geração de docentes, técnicos e discentes que acreditaram num País melhor e veem seus sonhos e projetos comprometidos.

Propostas da Andifes de referências para o financiamento das universidades federais

O Sistema Público de Universidades Federais é, hoje, mais do que em qualquer outro tempo, indispensável a um projeto de nação baseado na formação de uma inteligência nacional, no domínio do conhecimento de ponta, na superação da pobreza e da desigualdade, na soberania, na cidadania e na democracia. Esse sistema precisa continuar cumprindo a sua missão e expandindo as suas atividades.

Em valores corrigidos monetariamente, o orçamento de custeio para 2017 das Universidades Públicas Federais correspondeu a, aproximadamente, 80% dos recursos de custeio alocados em 2014. Em relação aos recursos de capital, a situação é ainda mais crítica, pois o orçamento de 2017 é, aproximadamente, 60% menor que o de 2014. Aos cortes se somam contingenciamentos que comprometem o planejamento institucional e a execução dos compromissos orçamentários e financeiros das universidades. Para 2018, a situação é de agravamento, considerando-se a Proposta de Lei Orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal. Por essa proposta, os valores de custeio ficam congelados nos valores defasados de 2017 e os valores de capital sofrem novos cortes, chegando agora a, aproximadamente, 10% daqueles destinados às instituições em 2014. Para seguir contribuindo com o desenvolvimento brasileiro em todas as frentes, as Universidades Públicas Federais propõem:

- a) A recomposição dos seus orçamentos aos valores de 2014, atualizados monetariamente e corrigidos pela taxa de expansão do sistema;
- b) O respeito integral à autonomia das universidades, observando o que dispõe a Constituição Federal, em particular na gestão dos recursos financeiros, em consonância com os seus Planos de Desenvolvimento Institucional;
- c) A construção, junto com Governo Federal e a sociedade, de um novo programa de expansão, pautado pela Meta 12 do PNE, que seja tratado como política de Estado, de um lado, com a garantia de recursos e de pessoal docente e técnico-administrativo e, de outro, com metas quantitativas e qualitativas sintonizadas com as necessidades do País;
- d) Efetivo financiamento dos hospitais universitários, preservando simultaneamente o caráter assistencial público de componente do SUS e as condições de ensino, pesquisa extensão;
- e) A atualização do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, compatível com a dimensão e o perfil socioeconômico atual do corpo discente das Universidades Públicas Federais; e

f) A recomposição dos orçamentos das agências de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à pós-graduação e à inovação. O repasse integral às instituições dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, hoje retidos pela área econômica para o pagamento de juros ao mercado financeiro.

O desenvolvimento das universidades e dos institutos de pesquisa requer forte apoio às atividades de ciência, tecnologia e inovação. Por isso, reivindicamos o imediato restabelecimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a retomada do patamar de investimentos deste ministério, tendo como referência o valor do orçamento de 2015 (sem contingenciamentos), em valores constantes.

Medidas como a garantia de que os recursos do FNDCT não serão contingenciados, a autonomia administrativa e política do CNPq, FINEP e CAPES. A gestão democrática destas agências são pilares de todas as políticas voltadas para o fortalecimento da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes no país.

A defesa da gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos e dos investimentos no sistema de educação superior pública, bem como no de ciência e tecnologia, é um dos pilares da soberania nacional e da construção de um País justo, generoso na busca da igualdade social e vigoroso como democracia.

De todas as considerações, análises e sugestões que as Universidades Federais no seu conjunto apresentam aos candidatos à Presidência da República e, por que não dizer, também, ao futuro Congresso Nacional, por meio da Andifes, a mais importante, na verdade o real divisor de águas entre a civilização ou o retrocesso, a soberania ou a subordinação é a imediata revogação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016. Sem esse compromisso por parte dos candidatos, nenhum programa de governo que conduza ao desenvolvimento sustentável, geração e emprego e renda, serviços públicos de qualidade e fortalecimento da democracia será viável.

Reitor Emmanuel Zagury Tourinho
Presidente da Andifes

Brasília, julho de 2018

Twitter: @andifes

Facebook: Andifes (@andifes0)

Diretoria Executiva

Presidente: Emmanuel Zagury Tourinho (UFPA)
1º Vice-presidente: José Arimatéia Dantas Lopes (UFPI)
Suplente: Rui Vicente Oppermann (UFRGS)
2º Vice-presidente: José Roberto Soares Scolforo (UFLA)
Suplente: Myrian Thereza de Moura Serra (UFMT)
Secretário Executivo: Gustavo Henrique de Sousa Balduino

Ana Lúcia de Assis Simões - UFTM	Marcel do Nascimento Botelho - UFRA
Anastácio de Queiroz Sousa - UNILAB	Marcelo Augusto Santos Turine - UFMS
Ângela Maria Paiva Cruz - UFRN	Márcia Abrahão Moura - UnB
Angelo Roberto Antonioli - UFS	Marco Antonio Fontoura Hansen - UNIPAMPA
Anísio Brasileiro de Freitas Dourado - UFPE	Marcus Vinicius David - UFJF
Ari Miguel Teixeira Ott - UNIR	Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz - UFPB
Carlos Henrique Figueiredo Alves - CEFET-RJ	Margarida de Aquino - UFAC
Cláudia Aparecida Marlière de Lima - UFOP	Maria José de Sena - UFRPE
Cleuza Maria Sobral Dias - FURG	Maria Valéria Costa Correia - UFAL
Dácio Roberto Matheus - UFABC	Maurílio de Abreu Monteiro - UNIFESSPA
Dagoberto Alves de Almeida - UNIFEI	Myrian Thereza de Moura Serra - UFMT
Edward Madureira Brasil - UFG	Nair Portela Silva Coutinho - UFMA
Eliane Superti - UNIFAP	Nilda de Fátima Ferreira Soares - UFV
Emmanuel Zagury Tourinho - UFPA	Paulo Afonso Burmann - UFSM
Flávio Antonio dos Santos - CEFET-MG	Pedro Rodrigues Curi Hallal - UFPel
Francisco Roberto Brandão Ferreira - IFMA	Reinaldo Centoducatte - UFES
Gilciano Saraiva Nogueira - UFVJM	Renato da Anunciação Filho - IFBA
Gustavo Oliveira Vieira - UNILA	Ricardo Luiz Lange Ness - UFCA
Henry de Holanda Campos - UFC	Ricardo Luiz Louro Berbara - UFRRJ
Hugo Alex Carneiro Diniz - UFOPA	Ricardo Marcelo Fonseca - UFPR
Iracema Santos Veloso - UFOB	Roberto Leher - UFRJ
Jaime Giolo - UFFS	Rui Vicente Oppermann - UFRGS
Jefferson Fernandes do Nascimento - UFRR	Sandra Regina Goulart Almeida - UFMG
Joana Angélica Guimarães da Luz - UFSB	Sandro Amadeu Cerveira - UNIFAL-MG
João Carlos Salles Pires da Silva - UFBA	Sérgio Augusto Araújo da Gama Cerqueira - UFSJ
José Arimatéia Dantas Lopes - UFPI	Sidney Luiz de Matos Mello - UFF
José de Arimatea de Matos - UFERSA	Silvio Luiz de Oliveira Soglia - UFRB
José Roberto Soares Scolforo - UFLA	Soraya Soubhi Smaili - UNIFESP
Julianeli Tolentino de Lima - UNIVASF	Sylvio Mário Puga Ferreira - UFAM
Liane Maria Calarge - UFGD	Ubaldo Cesar Balthazar - UFSC
Lucia Campos Pellanda - UFCSPA	Valder Steffen Júnior - UFU
Luís Eduardo Bovolato - UFT	Vicemário Simões - UFCG
Luiz Alberto Pilatti - UTFPR	Wanda Aparecida Machado Hoffmann - UFSCar
Luiz Pedro San Gil Jutuca - UNIRIO	